

É preciso descentralizar a avaliação do ensino superior

» LÚCIA TEIXEIRA

Doutora em psicologia da educação e presidente do Simesp, entidade que representa mantenedoras de ensino superior no Brasil

As promessas de reformulação dos instrumentos de avaliação do ensino superior brasileiro e de criação de uma cesta de indicadores, com base em uma consulta pública prevista para o segundo semestre deste ano, foram as melhores notícias da celebração dos 20 anos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), realizada, semanas atrás, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e pelo Ministério da Educação (MEC).

É um bom momento para refletirmos sobre o papel e a relevância desse importante programa governamental, criado em 2004, e sobre a necessidade de uma cuidadosa reforma dos instrumentos que vêm sendo adotados para avaliar a qualidade do ensino superior do país, como as recentes mudanças do Enade para as licenciaturas, que, neste ano, avaliará exclusivamente esses cursos.

Há um evidente esgotamento dos indicadores atuais, cuja aplicação não permite mais assegurar que as instituições e os cursos avaliados têm, ou não, qualidade. Hoje, mais de 69% das instituições de ensino superior (IES) presenciais e 87% das IES com EAD têm entre 4 e 5 de Conceito Institucional (CI), o que indica que, talvez, tenhamos chegado a um ponto em que o conceito máximo não garante mais a qualidade elevada que o MEC pretende e que as IES procuram obstinadamente atingir em sua oferta educacional.

Quando o Sinaes foi concebido, era essencial organizar um conjunto de normas e procedimentos que permitisse uma opinião objetiva, com uso de combinações adequadas de poder e informação, para ampliar o alcance e a precisão desses instrumentos e garantir que a educação superior atendesse às expectativas e às demandas da sociedade.

Ao longo desse tempo, o Inep, responsável por promover as pesquisas e avaliações periódicas para subsidiar a formulação de políticas públicas educacionais, se consolidou como um organismo de capacidade inquestionável para atender a essa tarefa, avaliando 2.595 instituições, mais de 45 mil cursos de graduação presencial e a distância e 9,4 milhões de estudantes do ensino superior.

Além desses números de dimensões continentais, vale considerar a qualidade dos quadros mantidos para realizar esse trabalho, todos técnicos com grande experiência e capacidade acadêmica e pedagógica, uma estrutura que precisa ser preservada. Nesse sentido, é importante destacar, também, que o Inep funciona com grande independência em relação ao MEC, nos moldes das agências existentes em países que obtêm bons resultados na educação — o que, não custa lembrar, torna absolutamente dispensável a ideia recém-lançada de criação de uma agência federal específica em sua substituição.

O ensino superior privado considera promissor o anúncio de que será ampliado o diálogo com as



entidades do setor que é responsável pelo funcionamento e pela dinâmica da maior parcela do sistema educacional acadêmico brasileiro. E o Inep tem demonstrado capacidade de diálogo e disposição para mudanças relevantes nas diversas reuniões em que participamos com a equipe do Simesp e outros especialistas.

Os desafios do Sinaes são muitos. As informações e análises qualitativas nos três pilares previstos pelo sistema — o contínuo aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, o planejamento da gestão universitária e um processo sistemático de prestação de contas à sociedade — poderão beneficiar a difusão de uma posição que não se resume à construção de um ranking de instituições baseado na interpretação dos resultados.

É fundamental rever com urgência os indicadores utilizados. E considerar as propostas do segmento do ensino superior privado para retomada de alguns princípios originais do Sinaes, um sistema de avaliação que foi criado para valorizar a missão e o projeto institucional das IES e dar relevância à regionalidade e à pluralidade das instituições de ensino de todos os portes e tipificações existentes no Brasil, pressupostos que, com o decorrer do tempo, foram se perdendo.

Não podemos continuar a manter um sistema em que essas características e diferenças não sejam levadas em conta, em nome de uma homogeneização que facilita o controle, mas não favorece a consolidação de um ensino superior que demonstre qualidade efetiva. O momento atual recomenda uma reformulação dos atuais instrumentos, com descentralização e avaliação por áreas. E é necessário criar uma cesta de indicadores consistente, que revele a visão multidimensional do sistema, alcançando a diversidade de instituições de ensino superior do país e seus novos desenhos institucionais, e que permita supervisionar a trajetória do aluno e os índices de evasão, medir a empregabilidade, o empreendedorismo e o sucesso do egresso depois de formado.

A produção de indicadores deverá também dedicar especial atenção às licenciaturas, como preconizam as mudanças recentes adotadas para o Enade. Outra medida é valorizar um processo efetivo de autoavaliação, que está na origem do Sinaes, com a participação e o compromisso da comunidade acadêmica das IES como elemento impulsor da qualidade, respeitando a diversidade, o impacto social, a sustentabilidade ambiental (ODS e ESG), entre outros.

Colocar todas as IES no mesmo plano de análise, sem considerar as diferentes condições e modelos de instituições e de cursos e a diversidade e a regionalidade estabelecidas pela Lei do Sinaes, não contribuirá para atender aos objetivos de uma ampla e participativa avaliação e para a tão almejada melhoria da qualidade do ensino superior brasileiro.

O papel das cidades no combate ao câncer de mama

» MAIRA CALEFFI

*Médica mastologista, chefe do Núcleo Mama do Hospital Moinhos de Vento e presidente do Conselho de Diretores do Instituto de Governança e Controle do Câncer

O número de casos de câncer de mama é uma realidade crescente. Mesmo com as campanhas de conscientização que pintam o mundo de rosa em outubro, estima-se que, em pouco mais de 20 anos, tenhamos 3,3 milhões de novos casos da doença em todo o planeta — com mortalidade de cerca de 1 milhão de pessoas.

Grande parte desses números elevados de casos novos se deve à ausência de cuidados com os fatores de risco modificáveis — peso adequado, alimentação equilibrada e prática regular de exercícios físicos. Vivemos em um mundo cada vez mais obeso e sedentário. Por outro lado, a demora no acesso da população a exames preventivos de rotina e no atendimento especializado de ponta a ponta não favorece o diagnóstico precoce nem o tratamento menos agressivo. E é essa realidade que queremos mudar.

Costumo dizer que existe, aqui no Brasil, um grupo de obstinados. Médicos e trabalhadores da saúde que não apenas seguem à risca seu compromisso profissional, como vão além. Se doam por meio da técnica e também do coração a causas que têm profundo impacto na sociedade e na qualidade de vida das pessoas. Essas pessoas que não esmorecem transitam por diversas áreas da medicina, mas me permitam ressaltar o trabalho de um grupo de mastologistas que tem feito a diferença no nosso país.

Recentemente, durante o 26º Congresso Brasileiro de Mastologia, realizado em Porto Alegre, pudemos compartilhar bons exemplos oriundos de diferentes cantos do Brasil. São amostras de resiliência e de boa vontade. De vontade pessoal,

sobretudo. São casos que mostram como as cidades brasileiras estão se organizando para combater o câncer de mama com e sem auxílio público.

Em Campo Grande (MS), município com mais de 898 mil habitantes, um projeto que contou com o apoio de diversos atores conseguiu zerar a fila de espera para consultas com mastologistas. A Casa Rosa, como foi batizado o espaço, tem como prerrogativa oferecer atendimento especializado, acesso a exames e encaminhamento para tratamento em um só lugar. Idealizado pelo colega Victor Rocha, a iniciativa conquistou o apoio público, sofreu alguns revesses e, ainda assim, já atendeu mais de 7 mil mulheres e diagnosticou mais de 140 casos de câncer de mama em estágios iniciais.

Rio Claro, município com cerca de 205 mil habitantes do interior de São Paulo, também é bom exemplo, especialmente no cuidado com as mulheres no período pós-tratamento. Por meio da oferta de acompanhamento multidisciplinar, com profissionais de educação física, nutrição e nutrição, o médico Daniel Butros consegue devolver a autoestima e a vibração das vitoriosas que venceram o câncer. O Flor Azul — que foge à regra do rosa para ilustrar o câncer de mama — para além de cuidar e estimular o amor próprio, tem um impacto na promoção do autocuidado. Cada mulher que conclui o ciclo de seis meses de atividades monitoradas recebe um diploma e passa a ser promotora da causa, levando para casa e para a comunidade a importância da prevenção.

Destaco, também, o Goiás Todo Rosa, programa pioneiro no Brasil que vai ofertar, via Sistema

Único de Saúde (SUS), exames genéticos de câncer de mama e ovário para mulheres com suspeita da doença. Nascido na capital desse estado com o nome de Goiânia Sempre Rosa, o projeto contou com o esforço da mastologista Rosemar Macedo Sousa Rahal em parceria com o município. O sucesso foi grande: a iniciativa conseguiu zerar a fila de espera por uma mamografia, capacitou dezenas de profissionais da saúde e extrapolou os limites municipais para cuidar de mais mulheres.

Porto Alegre, onde vivo e atuo, há algum tempo investe no combate ao câncer. Em 2019, a convite da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama), em parceria com o Hospital Moinhos de Vento, foi proposta à prefeitura da cidade a vinda da iniciativa suíça City Cancer Challenge. Com total suporte de várias secretarias municipais, foram formados grupos multiprofissionais entre técnicos da área da saúde pública e privada que, junto com gestores e pacientes, examinaram os desafios que a cidade enfrentava. Esse trabalho ganhou continuidade por meio do Instituto de Governança e Controle do Câncer (IGCC), que tem como objetivo atuar na proposta e no apoio de iniciativas que colaborem para a promoção da atenção oncológica de qualidade.

Transformar o cenário do câncer como um todo depende de pessoas e da compreensão que precisamos de mudanças, mesmo que simples. Somente será possível com um trabalho colaborativo, com parcerias duradouras entre o público e o privado. E, claro, com vontade de fazer a diferença. Isso, nós temos de sobra.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

As atitudes falam mais alto do que os discursos

Caso o senador Sergio Moro venha a ser cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), como deseja o governo e todos os partidos da situação, ficará difícil explicar ao restante do país e mesmo ao mundo, que acompanha essa verdadeira caça aos operadores da lei no caso da Lava-Jato, que a decisão se deve a motivos pueris, como abuso do poder.

Não que isso importe ao próprio governo e à sua base de sustentação ou tampouco ao TSE e àqueles ministros que poderão selar o destino político do senador paranaense. Impossível mesmo será explicar ou dar um motivo razoável à opinião pública que ao menos possa fazer sentido que não aquele ligado a uma vendeta pessoal orquestrada pelo atual chefe do Executivo e que foi externada pelo próprio em recente entrevista.

Esconder os fatos como se isso fosse possível a essa altura dos acontecimentos pode ser também um exercício inútil, já que a história lida diretamente com acontecimentos cuja estrutura se funda em verdades. Aqui, nesse caso emblemático, entra a tal da teoria da pós-verdade, principalmente para aquela parcela da população manipulada pela propaganda insistente do atual mandatário de que os julgamentos ocorridos na Operação Lava-Jato tiveram como objetivo a destruição da imagem das esquerdas no comando do país.

Essa pós-verdade, obviamente, encontra sua sustentação e razão prática em boa parte da mídia favorecida pelos recursos disponibilizados pelo governo. Há ainda tempo para que o TSE não repita as mesmas pantomimas jurídicas verificadas no julgamento sumário e veloz do ex-deputado Deltan Dallagnol, outro herói da população e daqueles que, um dia, acreditaram que este país acabaria com a corrupção que há séculos o vem dilapidando em benefício de uma casta de políticos e empresários intocáveis.

O consolo para esse e outros acontecimentos que agora vêm atropelando a lógica e mesmo os mais comensais conceitos de ética pública, se é que isso ainda é possível, é saber que esses que agora festejam vitórias momentâneas e sem lastro na verdade um dia serão citados nos rodapés dos livros de história como traidores do povo e responsáveis pela manutenção do país na rabeira do mundo civilizado.

Mais que um ex-juiz e, agora, senador, quem de fato estará sendo julgada e passível de uma possível cassação encomendada e precificada será a grande parcela da população brasileira, a mesma que vem demonstrando sua desconfiança e desapareço pelos caminhos tomados atualmente pela Justiça deste país. De modo sucinto, quem na verdade estará sentado no banco de réus será a própria Justiça e seus atuais operadores, sobretudo aqueles que substituíram as letras impressas na Constituição pelas garatujas da hermenêutica e gramática político-ideológica de ocasião. Como dizia o filósofo de Mondubim: “Vá é a vitória dos que pelem contra a verdade”.

Ari Cunha

» Este espaço comemora, nesta semana, 64 anos de existência. É a coluna jornalística mais longeva do mundo. Veja no blog do Ari Cunha a primeira publicação assinada por Cunha no *Correio Braziliense*.

Pela população

» Passageiros em todos os ônibus do DF sofrem com a ação dos gatunos. São centenas de celulares furtados por dia dentro dos coletivos. No Piauí, uma operação da Polícia Civil, articulada com a inteligência da instituição, localizou pontos de recepção dos aparelhos furtados. Foi ao local e recuperou centenas de aparelhos celulares. Em uma solenidade, entregou cada celular aos que buscaram a delegacia para registrar a ocorrência do furto.

Brasil

» Esquerda, centro ou direita, não interessa. Os bravos funcionários da Rádio MEC mantêm o nível musical da emissora mostrando ao Brasil o que se tem de música elaborada, estudada e trabalhada. Sucesso o concerto sob a regência do maestro Neil Thomson com a Filarmônica de Goiás em estreia nacional. Uma das obras apresentadas, *Sinfonia nº 2* é do compositor português Joly Braga Santos, e a outra do compositor brasileiro João Guilherme Ripper: *Sinfonia de Abril*, peça comemorativa aos 50 anos da Revolução dos Cravos em Portugal.

» História de Brasília

Seria um absurdo premiar os relapsos, os negligentes. E o que seria feito com os que pagaram em dia suas dívidas? Devolução? Outra injustiça. Devia aparecer um deputado amigo de Brasília, que queira valorizar a previdência social, e apresente um projeto cobrando juros sobre os aluguéis atrasados. (Publicada em 8/4/1962)